21-11-2012

ATA Nº. 24/2012**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA VINTE E UM DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS
MIL E DOZE.** -----

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e doze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença dos Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dr.ª Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos. -----

Faltaram à reunião o Sr. Presidente da Câmara, por se encontrar em reunião de trabalho em Lisboa com membros do Governo e o Sr. Eng.º Marcos Labrincha Ré, por motivos de saúde, conforme informações prestadas pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade justificar as faltas dos edis. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Neste período, usou da palavra o Sr. Vereador, José Marinho Vaz, que demonstrou o seu desagrado pelo facto de não ter tido conhecimento atempado de que nesta reunião (como estava inicialmente previsto), não fossem discutidos os documentos relativos ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2013. -----

Em resposta, o Sr. Vice-Presidente da Câmara realçou que a discussão de tais documentos estava prevista como mera indicação e que seguramente só fatores que puderam ter atrasado a elaboração de tais documentos tais como, a aprovação do PAEL e Quadro de Pessoal até pela sua complexidade, originaram o adiamento da sua discussão. -----

Disse ainda, que o Sr. Presidente da Câmara, esteve ausente no estrangeiro, em trabalho, parte da semana anterior e porventura terá ocorrido alguma falha de comunicação relativamente a

21-11-2012

este processo e nunca qualquer intenção objetiva de não informar os Srs. Vereadores da oposição. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 223, do dia vinte do mês de novembro, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 2.064.996,90 (dois milhões, sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e seis euros e noventa cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 669.855,39 (setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 23, da reunião ordinária realizada no dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e doze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do seguinte expediente: -----

- Nota de Imprensa, do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, datada de 15NOV12, onde são abordados os seguintes temas: Porto de Aveiro – Apelo Público de Emergência; Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro; O Novo Quadro de Fundos Comunitários 2014/202; O Congresso da Região de Aveiro 2013; Tolerância de Ponto na Terça-Feira de Carnaval; Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2013; Projeto Aqua-Add e próximas reuniões da CE e da Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro; -----
- Ofício n.º 2012-7269, datado de 05NOV12, proveniente da Agência Portuguesa do Ambiente, através do qual se dá conta do início das obras referentes à “Requalificação da Frente Urbana da Praia da Barra”; -----

21-11-2012

- Ofício, com a referência POS-2012-0008-011004, datado de 02NOV12, proveniente da CCDR-Centro, através do qual se envia o Parecer CA e o Relatório de Acompanhamento Público, relativo ao Projeto: “Parque de Ciência e Inovação – Pólo Experimentação e Empresarial”. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO INTERNO DO CAIS DOS PESCADORES DA COSTA NOVA – PROPOSTA. -----

Presente uma proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira Costa, datada de 16NOV2012, relativa à alteração do Regulamento em título, através da qual e tendo como considerandos, que: -----

“a) Através da “Implementação do Plano de Gestão do Cais dos Pescadores da Costa Nova”, aprovada e executada no âmbito do Grupo de Ação Costeira da Região de Aveiro, foi dado mais um importante contributo para o apoio da pesca local, mormente com a introdução de diversas melhorias ao nível das condições de utilização do Cais dos Pescadores da Costa Nova; -----

b) Das intervenções realizadas naquele equipamento destacam-se a construção de uma rampa de manobras do lado sul e a colocação de portões de acesso aos trapiches, de forma a aumentar a segurança do equipamento; -----

c) O Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Costa Nova atualmente em vigor, não contempla regras de utilização daquelas novas estruturas, pelo que se mostra necessário regulamentar um conjunto de normas que permitam combater utilizações indevidas e muitas vezes danosas; -----

d) Ao longo dos anos de existência do Cais dos Pescadores da Costa Nova, têm-se verificado alguns usos indevidos dos arrumos, sendo que estes se devem cingir ao armazenamento de aprestos e não a outros fins, inexistindo qualquer norma na versão atual do Regulamento que proíba o uso indevido dos mesmos; -----

e) O uso dos arrumos para outros fins que não os previstos, desvirtualiza o meio onde se inserem e o objectivo a que se destinam, devendo por isso esse uso ser penalizado. Assim, sem prejuízo da instauração de eventual procedimento contraordenacional, o Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota deverá prever para aquelas situações a cessação

21-11-2012

definitiva da utilização dos arrumos, a operar por efeito da declaração de caducidade do direito de ocupação, nos mesmos termos e condições que já se encontram previstos para outras situações; -----

f) A boa gestão das estruturas do cais pressupõe naturalmente a execução regular de intervenções de manutenção, que obrigam a um permanente investimento financeiro, sendo por isso necessário que a receita, que advém da cobrança de taxas, aumente e se adeque a essa necessidade de investimento; -----

g) Olhando aos objetivos do cais, assim como ao momento que vivemos, se revela adequado que esse aumento não incida sobre aqueles que fazem da pesca a sua principal atividade económica;” -----

Vem propor a alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Costa Nova, nos termos descritos no anexo que faz parte integrante desta proposta: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se deliberou proceder ao envio para a Assembleia Municipal”. -----

ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO INTERNO DO CAIS DOS PESCADORES DA MOTA – PROPOSTA. -----

Presente uma proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira Costa, datada de 16NOV2012, relativa à alteração do Regulamento em título, através da qual e tendo como considerandos, que: -----

“a) Ao longo dos anos de existência do Cais dos Pescadores da Mota, têm-se verificado alguns usos indevidos dos arrumos, sendo que estes se devem cingir ao armazenamento de aprestos e não a outros fins, inexistindo qualquer norma na versão atual do Regulamento que proíba o uso indevido dos mesmos; -----

b) O uso dos arrumos para outros fins que não os previstos, desvirtualiza o meio onde se inserem e o objectivo a que se destinam, devendo por isso esse uso ser penalizado. Assim, sem prejuízo da instauração de eventual procedimento contraordenacional, o Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota deverá prever para aquelas situações a cessação definitiva da utilização dos arrumos, a operar por efeito da declaração de caducidade do direito de ocupação, nos mesmos termos e condições que já se encontram previstos para outras situações; -----

21-11-2012

c) A boa gestão das estruturas do cais pressupõe naturalmente a execução regular de intervenções de manutenção, que obrigam a um permanente investimento financeiro, sendo por isso necessário que a receita, que advém da cobrança de taxas, aumente e se adeque a essa necessidade de investimento; -----

d) Olhando aos objetivos do cais, assim como ao momento que vivemos, se revela adequado que esse aumento não incida sobre aqueles que fazem da pesca a sua principal atividade económica;” -----

Vem propor a alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota, nos termos descritos no anexo que faz parte integrante desta proposta: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

Mais se deliberou proceder ao envio para a Assembleia Municipal. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

CONTRATAÇÃO DE UM PRESTADOR DE SERVIÇOS (ELETRICISTA) EM REGIME DE AVENÇA – PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO - PROPOSTA: -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Caçoilo: -----

- “Considerando: -----

1 - A informação técnica da Subunidade Orgânica de Recursos Humanos da DAG; -----

2 - Que, atualmente, a CMI não conta com nenhum trabalhador com a categoria e/ou formação adequada para assegurar as funções de Eletricista, na área de equipamentos eletromecânicos e com conhecimento de AVAC; -----

3 - Que a Câmara Municipal tinha intenções de vir a contratar pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, intenção essa transposta para o mapa de pessoal para 2012; -----

4 - Que, contudo, a contratação de trabalhadores pelas Autarquias Locais se encontra fortemente condicionada; -----

5 - Que, o Museu Marítimo de Ílhavo, o CIEMAR e o novo Aquário dos Bacalhaus são equipamentos de elevada complexidade técnica e com necessidades muito específicas ao nível da segurança e funcionamento, com destaque para o último que acrescenta à complexidade o

21-11-2012

facto de o mesmo corresponder a um mini ecossistema onde vivem seres vivos com uma exigência de permanente controle e prontidão de resposta não habituais; -----

6 - Que importa assegurar que aqueles equipamentos, bem como todos os outros do Município, desenvolvam a sua atividade com os necessários e adequados níveis de segurança para todos os seus utilizadores e público em geral; -----

7 - A já reconhecida experiência do técnico em causa; -----

8 - Que o mesmo por motivos pessoais deixou de trabalhar na Câmara no passado mês de julho por motivos pessoais, entretanto já ultrapassados; -----

9 - Que a contratação agora proposta se revela necessária, pertinente e que visa assegurar um conjunto de actividades já em curso no corrente ano de elevada importância e tecnicidade para o Município e para as quais se exige pessoal técnico especializado e já com alguma experiência na área em causa; -----

10 - Que, com a celebração do contrato de empréstimo no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), os fundos de municipais de negativos como até aqui, veja-se a deliberação da Câmara Municipal de 2012/06/27, tornaram-se positivos, motivo pelo qual esta proposta cumpre a disposição prevista na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, nesta matéria. -----

Proponho, nestes termos, que a Câmara Municipal: -----

I - Se pronuncie favoravelmente sobre o parecer prévio; -----

II - Sem prejuízo de uma eventual e futura abertura de procedimento concursal para a contratação de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas, atentos os actuais condicionalismos legais, se proceda desde já à contratação em regime de prestação de serviços (avença) de **José Alberto Ferreira** como técnico de manutenção de equipamentos eletromecânicos e Eletricidade Geral, pelo período de um ano, eventualmente renovável, e pelo valor mensal de 1.400,00€(mil e quatrocentos euros), acrescidos de IVA se devido, para a prestação do seguinte serviço: -----

Acompanhamento técnico na área da eletromecânica e eletricidade, no sentido de garantir a boa utilização e em condições de segurança, de todos os equipamentos técnicos e logísticos municipais designadamente os afectos ao funcionamento do MMI, CIEMAR e Aquário dos

21-11-2012

Bacalhaus, assim como o acompanhamento e manutenção daqueles equipamentos e o apoio à realização das ações e projetos que aí se desenvolvam. -----

Que a presente proposta tenha efeitos imediatos. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----

16NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta, com a abstenção dos Vereadores do PS. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

COMPARTICIPAÇÃO PUBLICITÁRIA – RATIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte Ordem de pagamento: -----

- Com o n.º 3794, datada de 21SET12, a favor de “Terra Nova – Cooperativa de Radiodifusão A. Cultural, CRL”, no valor de 830,25 € referente a “campanha de spots publicitários – inauguração CIEMAR-Ílhavo (27MAR12 a 30MAR12), e autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Sr. Presidente da Câmara. –

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO E APOIO DE SOFTWARE SIGMA, A EMPRESA MEDIDATA.NET – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA AS AUTARQUIAS, S.A. – PARECER PRÉVIO - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior, Dr.ª Conceição Lucas, na qualidade atual de responsável pela CAP, datada de 13NOV12, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta da necessidade demonstrada pelos serviços de proceder à renovação do contrato supra, com a empresa Medidata.Net – Sistemas de Informação para as Autarquias, SA”, pelo valor de 21.934,41 €(a que acresce o valor do IVA à taxa legal em vigor), com a consequente necessidade da obtenção do Parecer Prévio positivo. O valor do contrato é atualizado anualmente, com referência à taxa de inflação e à integração de novas aplicações. -

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente parecer prévio. -----

ENCENAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PEÇA DE TEATRO “TÁ MAR” – PARECER PRÉVIO - INFORMAÇÃO. -----

21-11-2012

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior, Dr.^a Conceição Lucas, na qualidade atual de responsável pela CAP, datada de 19NOV12, corroborada pelo respetivo Chefe de Divisão, Dr. Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta da necessidade demonstrada pelos respetivos serviços de proceder à aquisição do serviço supra, pelo valor de 10.000,00 € pelo que e consequentemente há necessidade da emissão do Parecer Prévio positivo. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta, com a abstenção dos Vereadores do PS. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

ATA DA HASTA PÚBLICA DA VENDA DE GARAGENS E TERRENOS PARA GARAGENS NO EMPREENDIMENTO DOS 48 FOGOS DA LAGÔA. -----

Presente a Ata supra, devidamente assinada pelo respetivo Júri do Procedimento, a qual faz uma exaustiva referência às propostas e licitações que foram apresentadas para a arrematação das quatro garagens e dez lotes de terreno para construção de garagens no empreendimento citado em título, conforme dispunha o Aviso lavrado no dia 18OUT12, e que veio publicitar a presente Hasta Pública. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata com adjudicação definitiva. -----

Na presente discussão e votação, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Caçoilo, achou-se impedido de participar, em virtude de fazer parte do Júri deste procedimento, tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião, passando a presidir à reunião de Câmara, a Sr.^a Vereadora, Dr.^a Beatriz de Fátima Clemente Martins. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO ESCRITO DE EMPREITADA DE “ADAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE OUTROS EDIFÍCIOS E INSTALAÇÕES – CIEMAR” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 16NOV12, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato referenciado em epígrafe, a celebrar com a firma: “Construções Marvoense, Lda”, no valor de 53.671,96 € cuja adjudicação ocorreu por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 07NOV12.

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta de contrato. -----

21-11-2012

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO ESCRITO DE “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO” – ADENDA – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 16NOV12, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato referenciado em epígrafe, a celebrar com a firma: “Ambiformed – Ambiente Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Unipessoal, Lda”, no valor de 22.662,30€, cuja adjudicação ocorreu por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 17OUT12. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta de contrato. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE TRABALHOS A MAIS NA EMPREITADA “REGENERAÇÃO URBANA DE ÍLHAVO – AMPLIAÇÃO DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 14NOV12, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato referenciado em epígrafe, a celebrar com a firma: “Encobarra – Engenharia, SA”, no valor de 153.465,83 € cuja adjudicação ocorreu por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião de 17OUT12. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta de contrato. -----

**CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----
GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA C.M.I. PARA 2012 – 5ª ALTERAÇÃO – PROPOSTA - RATIFICAÇÃO. -----**

Presentes os documentos referidos em título, aqui dados aqui por integralmente transcritos, que importam nos seguintes valores: -----

- A 5ª Alteração às GOP, tem como Inscrições/Reforços o valor de 354.100,00€ e em Diminuições/Anulações o valor de 634.000,00€ e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 5ª Alteração às GOP 2012. -----

À Câmara para ratificação. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º. -----

12NOV2”. -----

21-11-2012

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a presente Alteração. -----

- A 5ª Alteração ao Orçamento (despesa), tem em Inscrições/Reforços e em Diminuições/Anulações, o valor de 1.039.500,00€ e nela consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a 5ª Alteração ao Orçamento 2012. -----

À Câmara para ratificação. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º. -----

12NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a presente Alteração. -----

**EMPRÉSTIMOS – PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) –
CONTRATO E EXPLICAÇÃO DA REDUÇÃO DO VALOR DO EMPRÉSTIMO –
RATIFICAÇÃO - INFORMAÇÃO. -----**

Presente a informação referenciada em epígrafe, com o n.º 31, datada de 19NOV12, elaborada pelo Chefe da DAG, Dr. Rui Farinha, que aqui se transcreve na íntegra: -----

- “Junto se remete para ratificação o contrato celebrado entre o Município de Ílhavo representado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e o Estado Português representado pela Senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças Dra. Elsa Roncon Santos, na passada sexta-feira, empréstimo este no montante de 8.794.812,25€(oito milhões setecentos e noventa e quatro mil oitocentos e doze euros e vinte e cinco cêntimos). -----

Aproveita-se a oportunidade para referir que este montante é inferior ao limite máximo aprovado pela Câmara Municipal em 24 de setembro último, recorde-se, de 9.354.165,98€ ---

A explicação reside no facto de entretanto terem surgido diretrizes, contrárias ao referido até à altura, dando conta que os valores pagos até à aprovação da adesão ao PAEL como aqueles que se verificarem até ao recebimento do empréstimo, deixarem de ser abrangidos pelo mesmo. -----

Ora, o Município de Ílhavo apresentava em 31 de março de 2012, uma dívida vencida há mais de 90 dias, no montante de 12.261.285,62€ junto da DGAL. Por força das correções no âmbito do trabalho da sociedade ROC Deloitte, SA (alteração de datas de vencimento e emissão de posteriores notas de crédito) esse valor reduziu-se para 12.038.187,94€ -----

21-11-2012

Acresce que o Município pagou entre março e o momento da adesão ao PAEL, 3.243.375,69€ pelo que, por subtração, o valor do empréstimo é de 8.794.812,25€ valor este devidamente certificado pela sociedade ROC – Deloitte, SA e que consta no Plano de Ajustamento Financeiro. -----

Nesta fase, o Município receberá 70% deste montante para efetuar pagamentos aos fornecedores por data de maturidade das dívidas e numa 2ª fase o remanescente deduzido de eventuais pagamentos entretanto efetuados. -----

Ass.) Rui Manuel Pais Farinha, Dr. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento e ratificar a outorga do contrato e respetivos anexos. -----

EMPRÉSTIMOS – PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) – DECISÃO FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ANÁLISE – TOMADA DE CONHECIMENTO. ---

Presente o ofício n.º 1682, datado de 12NOV12, proveniente do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, relativo ao assunto supra, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, dá conta da decisão referenciada em epígrafe. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

CONTAS EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO. -----

PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) – ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação referenciada em epígrafe, com o n.º 30, datada de 16NOV12, elaborada pelo Chefe da DAG, Dr. Rui Farinha, dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta da necessidade da abertura de uma Conta Bancária junto da Caixa Geral de Depósitos (Instituição de Crédito onde são realizadas todas as operações de gestão corrente da CMI), e que se destina em exclusivo ao depósito das importâncias relativas ao empréstimo mencionado em título, por parte de entidade gestora deste processo, a Direção-Geral da Administração Local e consequentes pagamentos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

21-11-2012

ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS PARA O ANO DE 2013, NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (RMUE) EM VIGOR - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré: -----

- “Visto, concordo com o proposto na presente Informação da DOPGU que deste modo propõe, na sequência do definido no n.º 1 do Artigo 47.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação a actualização dos montantes relativos às taxas previstas no âmbito da aplicação do citado Regulamento tendo por base a Índice de Preços no Consumidor (Taxa de variação média anual – Base 2008 em %) conforme documentação junta à presente Proposta. -----

Realça-se para o efeito os elementos que em anexo se juntam e que justificam a citada actualização: -----

1 - Índice de Preços no Consumidor retirado da página da Internet do INE e que fixa o coeficiente utilizado na actualização efectuada (Taxa de variação média anual – Base 2008 em %) e cujo valor apontado referente a Outubro de 2011 é de 3,08% (no ano de 2012 o valor então definido e utilizado com base nos mesmos critérios foi de 3,43%). -----

2 - Os preços publicados no Diário da República relativos ao metro quadrado de área útil, para efeitos de cálculo da renda condicionada e definido como coeficiente utilizável na determinação das Taxas de Urbanização e de Compensação previstas no RMUE. -----

3 - A proposta da Tabela de Taxas constantes do Regulamento Municipal acima mencionado (RMUE) para o ano de 2013 para a qual se propõe a sua aprovação para vigorar a partir de 01 de Janeiro de 2013. -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré, Eng.º, -----
16NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----
LOTEAMENTOS. -----

- O registado com o n.º 15 996, Pº 298/12, em 2012/09/27, respeitante a Município de Ílhavo, com sede na Avª 25 de Abril, Ílhavo. -----

21-11-2012

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente alteração do alvará, de acordo com a informação e despacho do Sr. Vereador. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2012/11/14 15996/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2012/11/16, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

- O registado com o n.º 15 999, Pº 34/05, em 2012/09/27, respeitante a Município de Ílhavo, com sede na Avª 25 de Abril, Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente alteração do alvará, de acordo com a informação e despacho do Sr. Vereador. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam 2012/11/14 15999/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2012/11/16, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

AÇÃO SOCIAL. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA,
SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2,

21-11-2012

alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados por Ana Paula Ferreira Ribeiro Ferreira, Leile Simone Tavares, Albina Maria Rebelo Rodrigues, João José Pereira Valente, Maria de Fátima da Cruz Pinto, Inocência Gizela Francisco Rodrigues, Laura Tavares de Sá e Silva Ferreira, Jorge Humberto Vergas Pereira e Rosa Lúcia Fonseca Piorro e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que, a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) que estabeleceu a denominada Lei dos Compromissos, impõe às Autarquias Locais uma forte contração da despesa pública; -----

5.º - Que, o Município de Ílhavo, apresenta neste momento e enquanto não for concretizado o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, a que tenciona aderir, fundos disponíveis negativos; -----

6.º - Que, contudo, por deliberação do Câmara em reunião extraordinária de 2012/06/27, o órgão executivo tomou um conjunto de decisões que cumprindo no essencial a LCPA, designadamente reduzindo os pagamentos em atraso, e disciplinando a despesa pública, assumiu que manterá a Câmara em funcionamento em áreas que considera essenciais; -----

7.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2168 de 16/11/2012 no valor estimado de 900,00 € pelo que, -

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição dos seguintes apoios, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Ana Paula Ferreira Ribeiro Ferreira: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Leile Simone Tavares: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 6 meses; -----

- Albina Maria Rebelo Rodrigues: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses;

- João José Pereira Valente: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

21-11-2012

- Maria de Fátima da Cruz Pinto: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----
 - Inocência Gizela Francisco Rodrigues: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----
 - Laura Tavares de Sá e Silva Ferreira: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----
 - Jorge Humberto Vergas Pereira: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----
 - Rosa Lúcia Fonseca Piorro: comparticipação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----
- O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----
 Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----
 16NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
 CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----
- 1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----
- 2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----
- 3.º - O pedido de apoio solicitado por Maria de Lurdes Ferreira Cajeira e a respetiva Informação Social anexa. -----

21-11-2012

4.º - Que o CASCI – Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por compartilhar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que, a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) que estabeleceu a denominada Lei dos Compromissos, impõe às Autarquias Locais uma forte contração da despesa pública; -----

6.º - Que, o Município de Ílhavo, apresenta neste momento e enquanto não for concretizado o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, a que tenciona aderir, fundos disponíveis negativos; -----

7.º - Que, contudo, por deliberação do Câmara em reunião extraordinária de 2012/06/27, o órgão executivo tomou um conjunto de decisões que cumprindo no essencial a LCPA, designadamente reduzindo os pagamentos em atraso, e disciplinando a despesa pública, assumiu que manterá a Câmara em funcionamento em áreas que considera essenciais; -----

8.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2168 de 16/11/2012 no valor de 83,79 Euros, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao CASCI, no valor de 83,79 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Acção Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

16NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
CERCIAV – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

21-11-2012

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Ana Paula Ferreira Ribeiro Ferreira, Sabrina Gonzalez e Maria de Lurdes dos Reis e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a CERCIAV – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Aveiro se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que, a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e respetiva regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho) que estabeleceu a denominada Lei dos Compromissos, impõe às Autarquias Locais uma forte contração da despesa pública; -----

6.º - Que, o Município de Ílhavo, apresenta neste momento e enquanto não for concretizado o PAEL, Plano de Apoio à Economia Local, a que tenciona aderir, fundos disponíveis negativos; -----

7.º - Que, contudo, por deliberação do Câmara em reunião extraordinária de 2012/06/27, o órgão executivo tomou um conjunto de decisões que cumprindo no essencial a LCPA, designadamente reduzindo os pagamentos em atraso, e disciplinando a despesa pública, assumiu que manterá a Câmara em funcionamento em áreas que considera essenciais; -----

8.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2168 de 16/11/2012 no valor de 772,18 € pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à CERCIAV, no valor de 772,18 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de

21-11-2012

casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

16NOV12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS. -----

PROGRAMA MUNICIPAL “FÉRIAS DIVERTIDAS E DIAS DIVERTIDOS”, NO PERÍODO DE PAUSA LETIVA DO NATAL 2012 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente o documento referenciado em epígrafe, datado de 15NOV12, elaborado pelo Gestor de Desporto, Doutor Pedro Soares, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se sugere a realização da temática supra citada, nos termos e condições previstos no respetivo Programa, que se encontra anexo à presente informação/proposta, e dela faz parte integrante. -----

Em minuta foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

MERCADOS E FEIRAS. -----

MERCADO MUNICIPAL DA COSTA NOVA – HORÁRIO DE ABERTURA AO PÚBLICO NO MÊS DE DEZEMBRO – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

- 1) Que, o Regulamento do Mercado Municipal da Costa Nova, foi objecto, em 2010 de uma alteração, adaptando-o às profundas obras de remodelação e ampliação a que aquele equipamento municipal foi sujeito, em 2009; -----
- 2) Que, uma das alterações, que aliás foi de encontro aos anseios manifestados pelos seus operadores, prendeu-se com a alteração e redução do horário de funcionamento daquele equipamento municipal; -----
- 3) Que, contudo, foi salvaguardado, pelo n.º 10 do art. 32º do já citado regulamento que, “*Quer o horário de funcionamento, quer os dias de encerramento poderão ser alterados a título excepcional e devidamente fundamentado pela Câmara Municipal de Ílhavo*”; -----

21-11-2012

4) Que, se avizinha o mês de dezembro e o período natalício, época onde a procura por parte dos munícipes é maior, pelo que se exige que haja uma adequação do horário de funcionamento através de decisão por parte da Câmara Municipal, a exemplo aliás do que já aconteceu no passado e acontece com o prolongamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços. -----

5) Que, atendendo a que no próximo mês de dezembro os feriados do dia 1 e 8 de Dezembro, coincidem com um sábado, dia de grande movimento no Mercado Municipal e que o dia 24 de dezembro e 31 de dezembro coincidem com a 2ª feira, dia de fecho do mercado. -----

Proponho, assim, nos termos do despacho de delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara datado de 2009/11/04, conjugado com o n.º 10 do art. 32º do Regulamento Municipal do Mercado da Costa Nova, que excepcionalmente, este equipamento municipal esteja aberto ao público: -----

Dias 1e 8 de dezembro - Das 08,00 horas às 18,00 horas; -----

Dias 24 e 31 de dezembro - Das 08,00 horas às 13,30 horas -----

mantendo-se, nos restantes dias, conforme definido no referido Regulamento. -----

Ílhavo, aos 16 de novembro de 2012. -----

O Vereador. -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

A presente reunião era pública nos termos da deliberação de Câmara Municipal da última reunião realizada em 2012/11/07. -----

Terminada a Ordem do Dia, eram 16.50 horas, e dado que não se encontrava presente no Salão Nobre nenhum munícipe a quem pudesse ser permitida a antecipação da intervenção, pelo Sr. Vice - Presidente da Câmara foi suspensa a reunião até às 17.30 horas, hora estipulada para as intervenções do público. -----

Reaberta a reunião àquela hora, com todos os elementos do Executivo que à mesma estiveram presentes desde o seu início, foi, ato imediato, pelo Sr. Vice - Presidente da Câmara, encerrada a mesma, dado se ter constatado a ausência de munícipes que quisessem participar.